

# O QUE PODEM AS EMOÇÕES? - ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DO VINHO DO PORTO\*

por

Henrique Costa Gomes de Araújo\*\*

**Abstract:** The subject of this paper is the epistemology of emotions and it is based on the birth and life of a great wine: Port Wine. The aim of this paper is to look at this subject in this context: what do we know about emotions and the feelings that they give rise to? What kind of speech do we construct (or not) about them? Should we consider emotions intrinsically irrational or do they in fact have their own rationality? Could it not be true that there is no conflict between emotions and feelings and reason? A comparison is made between two periods in the history of Port Wine that clearly show how (i) choices in economic activity influence the expression of emotions (ii) the expression of emotions is recognized and indeed influences choices in economic activity. In fact the question is: what is the power of emotions?

## 1. INTRODUÇÃO

O que sabemos nós das emoções e dos sentimentos que elas originam? Como avaliamos o seu valor e o seu poder? E daí: como nos comportamos perante elas? Expressamo-las ou, pelo contrário, ocultamo-las? Qual o discurso que construímos [ou não] àcerca delas? Consideramo-las intrinsecamente irracionais ou admitimos que possam ter uma racionalidade própria? Poderá fazer sentido pensar numa reconciliação entre emotividade e racionalidade<sup>1</sup>? E como as configuram os vários grupos sociais, nas diferentes conjunturas históricas e nos diversos contextos sócio-culturais? Há aqui uma **problemática teórica** centrada na epistemologia das emoções e que serve de pano de fundo a este texto.

Esta problemática é substantivada na **problemática concreta** que consiste na discussão dos factores (como o refinamento do gosto e das emoções) que integram o contexto do nascimento de um grande vinho: o Vinho do Porto.

---

\* Agradeço as oportunas sugestões críticas do Prof. Doutor Raúl Iturra.

\*\* Doutorando em Antropologia Social no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.).

<sup>1</sup> Amélie Oksenberg Rorty ed (1980). *Explaining Emotions*, University of California Press, 5.

O **objectivo** deste texto é justamente o de discutir a problemática acima descrita, contextualizada por esta problemática concreta.

A **metodologia** empregue começa por situar sociologicamente, no nosso país, a problemática teórica (O Estado Português e a Identidade Nacional), para depois abordar do ponto de vista da neurobiologia (“O Erro de Descartes”). A problemática concreta surge a seguir na análise comparada de dois períodos da história do Vinho do Porto (Antropologia Histórica do Vinho do Porto).

## 1. O ESTADO PORTUGUÊS E A IDENTIDADE NACIONAL

Boaventura de Sousa Santos tem defendido a hipótese de que a cultura portuguesa não tenha conteúdo, mas sim apenas forma. A argumentação aduzida tem os seguintes passos nodais: 1º os Estados-Nação europeus tiveram no séc. XIX a dupla função de diferenciar a cultura do território nacional da do exterior e a de homogeneizar aquela cultura dentro do território nacional, propiciando assim a criação da cultura nacional respectiva; 2º o Estado português nunca conseguiu exercer essa dupla função pelo que a identidade nacional é duplamente deficitária: pela diferenciação, relativamente às culturas exteriores e pela homogeneidade relativamente às culturas interiores; doutro modo: se as dimensões local e transnacional da cultura portuguesa sempre foram muito ricas<sup>2</sup>, a dimensão intermédia, propriamente nacional, foi e é deficitária: 3º “a manifestação paradigmática desta matriz intermédia, semiperiférica, da cultura portuguesa está no facto de os Portugueses terem sido, a partir do século XVII (...), o único povo europeu que ao mesmo tempo que observava e considerava os povos das suas colónias como primitivos ou selvagens, era ele próprio, observado e considerado, por viajantes e estudiosos dos países centrais da Europa do Norte, como primitivo e selvagem”<sup>3</sup> (Santos, 1994:133). Os intelectuais portugueses têm sido interpelados ao longo dos tempos, geração após geração, por aquilo que é habitual ser denominado de “carácter nacional” ou “carácter do homem português”. Sousa Santos sugere que tal chave se poderá antes encontrar naquela “duplicidade de imagens e de representações” (Santos, 1994:60).

Por outro lado, José Mattoso defende a teoria de que os portugueses “são, ou se consideram, como conduzidos mais pelas emoções<sup>4</sup> e os afectos, pela ima-

---

<sup>2</sup> Não foi certamente por acaso que a problemática concreta deste texto foi escolhida em função da riqueza destas duas dimensões.

<sup>3</sup> Como mostra com eloquência a história do Vinho do Porto.

<sup>4</sup> Michael Symington, britânico nascido no Porto no seio de uma família de dirigentes das casas de Vinho do Porto Warre e Dow's, diz significativamente a este respeito: “Os portugueses não são violentos, são emocionais” (Diário de Notícias, 17 Dezembro, 1989).

ginação e a aventura, pelo sonho e o desejo, do que pela planificação e o cálculo, pela objectividade e a medida, pela organização e a hierarquia”, considerando que “as suas grandes realizações culturais se situam mais no domínio da poesia lírica do que na da filosofia, mais no da pintura e das artes decorativas, do que no da arquitectura” e que “se se dedicam tanto ao Direito, talvez seja para tentarem por esse meio imporem à vida e à sociedade, demasiado irracionais, caóticas e indisciplinadas, regras mínimas de comportamento” (Mattoso, 1991:7).

A minha hipótese é a de que estas duas teses, aparentemente independentes, são complementares: a tese de Mattoso encontra a sua explicação na tese de Sousa Santos. Na esteira do conselho deste autor àcerca do “carácter nacional”, os pressupostos de tal tentativa de explicação são: 1º a história portuguesa está marcada pela dupla desadaptação a que se refere a tese de Sousa Santos: Portugal é, ao longo da sua história, entre os países colonizadores, um país colonizado e é, entre os países colonizados, um país colonizador; 2º todo o comportamento emotivo tem por base uma ou mais situações de desadaptação; 3º então, a emotividade e a afectividade a que se refere a tese de Mattoso, são fruto da dupla desadaptação histórica a que se refere a tese de Sousa Santos.

Com a integração de Portugal na C.E.E., poder-se-ia admitir a hipótese de aquela dupla desadaptação se estar a esbater num sentido e/ou noutra, adquirindo assim, a emotividade e a afectividade dos portugueses, formas menos intensas, em troca de uma racionalização dos processos culturais. Como diz Mattoso: “até aos nossos dias a pertença efectiva de Portugal ao espírito ocidental, enquanto racionalista e dominador, tem sido uma questão por resolver. Mas agora parece que tudo está a mudar. Que se irá, então passar nos próximos anos? Acabaremos por esquecer a tradicional opção por meios menos racionais de resolver os nossos problemas? Seremos finalmente envolvidos pelos esquemas de economia planificada, pelo império da técnica, pela lógica da rentabilidade económica a todo o preço, pela sistematização da organização administrativa? Quem sabe...” (Mattoso, 1991:8).

No entanto, a natureza semiperiférica da situação internacional do nosso país parece manter-se: “(...) as normas de consumo são na nossa sociedade mais avançadas que as normas de produção. Enquanto aquelas nos aproximam dos países centrais, estas têm algumas perturbadoras semelhanças com os países periféricos (trabalho infantil, salários em atraso, repressão sindical na fábrica, etc.)” (Santos, 1994:60).

## 2. “O ERRO DE DESCARTES”

Que dizer da recente tese de neurobiologia de António Damásio sobre a problemática da racionalidade/emotividade aqui abordada? A tese central deste

investigador é a de que “certos aspectos do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade” (Damásio, 1995:14). Não há racionalidade sem emotividade. Esta não se opõe necessariamente àquela. Então, qual o contributo positivo das emoções para a razão? É a de permitir escolher a melhor, a mais adequada decisão, de entre a panóplia disponível das opções possíveis. Assim, os sentimentos que aquelas originam, servem de “guias internos” às ideias dos seres humanos: “ao contrário de opinião científica tradicional, são precisamente tão cognitivos como qualquer outra percepção” (Damásio, 1995:17). Para o bem e para o mal como em “Tristão e Isolda” de Richard Wagner (1865) (Damásio, 1995:136).

Na realidade, bem diferente é a noção moderna de emoção (a que Damásio chama “a opinião científica tradicional”). Recorramos a um fenomenólogo: “a origem da emoção é uma degradação espontânea e vivida da consciência face ao mundo. (...) nós podemos compreender o essencial: a emoção é um fenómeno de crença. Isto significa que, quando todas as vias estão barradas, a consciência precipita-se no mundo mágico da emoção, ela precipita-se af totalmente, degradando-se (Sartre, 1965:53, 54). Uma representação negativa e racionalista das emoções está aqui presente. Termos como “precipita-se”, “degradação” são disso bem o exemplo. Não serão eles bem a prova de que este conceito é o da ciência moderna, à maneira de Descartes?

Na obra em análise surge a referência a Descartes “como símbolo de um conjunto de ideias àcerca do corpo, do cérebro e da mente que, de uma maneira ou de outra, continuam a influenciar as ciências e as humanidades no mundo ocidental” (Damásio, 1995:253). Que conjunto de ideias é esse? Há, de facto, uma antropologia cartesiana, arquitectada na primeira metade do século XVII e subjacente a toda a ciência moderna. A sua matriz cultural cristã traça do ser humano uma imagem dualista ou bissubstancialista: a *res cogitans*, o pensamento, a alma, intangível e dotada de duração — radicalmente distinta (se bem que ligada a ela por uma misteriosa *glândula pineal*), da *res extensa*, do corpo, dotado de extensão e com um funcionamento de relojoaria<sup>5</sup>.

“É este o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente” (Damásio: 1995:255). É este erro que vai legitimar a “ruptura epistemológica que simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico” (Santos, 1987:57). Tal ruptura consiste em submeter criticamente todos os dados da experiência (sensações, emoções, sentimentos) à dúvida metódica, seguindo a aplicação das quatro regras do método. Deste modo, o modelo antropológico cartesiano é “errado” mas não menos eficaz na criação da ciência

---

<sup>5</sup> Vid. Descartes, René (1637) 1953, *Oeuvres et Lettres*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade, p. 148, 150.

moderna do século XVII: não só a física e a astronomia, mas também e sobretudo (dado ser uma ciência social) a economia (Denis, 1992:117, 145, 147).

### 3. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DO VINHO DO PORTO

Como se sabe, é a partir do tratado de 1654, celebrado entre D. João IV e Oliver Cromwell que os ingleses se fixam em Portugal (Croft, 1877:7), embora já antes (a partir de 1642) haja ingleses a comerciar no Porto (Tenreiro, 1942:8), as quais, três anos mais tarde, criam a British Factory<sup>6</sup> desta cidade. A primeira exportação de vinhos para Inglaterra, registada na Alfândega do Porto, data de 1678<sup>7</sup>: Desse ano (em que se exportaram 408 pipas), a 1703, a Alfândega registou uma exportação total de 122.193 pipas ou uma média anula de 4.699 pipas (Simões; s/d:163).

A situação destes comerciantes em Portugal, nesta segunda metade do século XVII não é fácil, confrontados como estão com as Pragmáticas do Conde de Ericeira que visam proibir o uso de artigos considerados de luxo, e assim, proteger a indústria manufactureira nacional.

Os comerciantes ingleses importam panos para Portugal, num quadro económico em que as restrições portuguesas fazem-se sentir, os meios de pagamento em dinheiro são escassos e os barcos regressam quase sempre vazios. Há, assim que tornar rentáveis as viagens a Portugal. Para isso, há que encontrar formas de “compensação”, comprando azeite, sal, cereais e, sobretudo, vinhos portugueses e colocando-os, depois, no mercado inglês (Macedo, 1963-71:286).

O quadro político d’então — os conflitos que, nesse período, opõem a Inglaterra e a França (1678-1685, 1689-1896 e 1703-1713) — produz restrições da parte daquela à compra de vinhos franceses e reorienta os seus interesses para os mercados ibéricos. O Tratado de Methwen (1703) expressa, na sua origem, a consagração formal destas tendências que lhe são preexistentes<sup>8</sup>. Só depois de assinado é que ele se constitui num catalizador dessas mesmas linhas de força (Serrão, 1993:103).

---

<sup>6</sup> A feitoria regulamentava a produção e fixava os preços dos vinhos. Em 1810, por acordo luso-britânico, passou a Associação Britânica (Pinto Ferreira, 1983:274).

<sup>7</sup> Segundo Francisco Ribeiro da Silva, data de 1651 a primeira exportação documentada para Inglaterra, feita por Richard Perez, britânico residente no Porto, e tendo outros — Rolant Hill, Miguel Tonsend, Anrique Manim —, no ano seguinte, seguido-lhe a peugada exportando um total de 153 pipas, (vid. Silva, F. Ribeiro (1996).”Do Douro ao Porto: o Protagonismo do Vinho na Época Moderna” in *Douro. Estudos e Documentos*, vol. 1(2), 108).

<sup>8</sup> Os vinhos portugueses passam a pagar em Inglaterra 1/3 menos de impostos que os vinhos franceses.

Este tratado comercial, assinado em 1703 em Lisboa, entre Portugal (representado por D. Manuel Teles, marquês de Alegrete) e a Grã-Bretanha (representada por John Methwen, embaixador extraordinário) é sucinto e claro<sup>9</sup>. Ao longo dos seus três únicos artigos, estipula que o mercado português, metropolitano e colonial, se reabra às manufacturas (têxteis) inglesas e que, em contrapartida, o mercado inglês se torne o mercado por excelência dos Vinhos portugueses.

Este tratado de 1703 vem no seguimento dos tratados de 1642, 1654 e 1661 que são o preço que Portugal tem de pagar pelo reconhecimento pela Grã-Bretanha da legitimidade da Casa de Bragança para governar o nosso país, depois da Restauração (Sideri, 1978:31).

Na verdade, o preço que Portugal paga pela conquista da sua independência político-militar de Espanha é o “restabelecimento da situação de dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra” (Sideri, 1978:62). O tratado consagra, assim, uma divisão internacional do trabalho: como a Inglaterra está mais avançada do que outras nações na produção de manufacturas, a sua especialização nestas traz-lhe vantagens no comércio com países como Portugal, especializados em produtos não manufacturados.

Caso exemplificativo disto mesmo é o ex-libris da casa Taylor 4 XX, uma antiga marca de lã. Como se explica que o símbolo distintivo de uma firma exportadora de Vinho do Porto seja o de um produto inglês importado?

Os primeiros exportadores ingleses (e escoceses) dos vinhos portugueses, são já importadores das lãs britânicas: “(...) I can only conclude that de British residents in the old city (Oporto) had not yet (1659) engaged in shipping wine to

---

<sup>9</sup> Tratado de Methwen

Artigo I

Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio nome como no de seus sucessores, admitir para sempre daqui em diante no Reino de Portugal os Países da lã e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra, como era costume até ao tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo II

É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no dos seus sucessores, será obrigada para sempre daqui em diante a cumprir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais do que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume. Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo III

Os exmos. Senhores plenipotenciários prometem e tomam sobre si que os seus amos, acima mencionados, ratificarão este Tratado e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações.

England, but that their business transactions were confined to dealing in corn, iron, English cotton goods, etc. (Sellers, 1899:127).

Aquela divisão causa um fluxo permanente de moeda dos países produtores de matéria-prima para os países manufactureiros e causa também um “agravamento acentuado no défice da balança comercial portuguesa o qual, de 1697-1700 para 1701-1705 passou de 128 mil libras para 368 mil libras e, mais tarde, 1706-1710, para 412 mil libras” (Sideri, 1978:76). Fica, deste modo, evidenciada a referida dependência de Portugal em relação à Inglaterra.

O aumento significativo das exportações de Vinho do Porto pós Methwen (Macedo, 1963-71:287; Serrão, 1993:103; Sideri, 1978:53), não chega para colmatar tal défice e vai ser, afinal, o ouro brasileiro, a (melhor) “compensação” portuguesa para a política mercantilista inglesa. Deste modo, o ouro brasileiro contribui para a industrialização da Inglaterra, muito mais do que em Portugal, já que a indústria textil portuguesa não consegue competir em preços com a muito mais avançada indústria textil inglesa. Compreende-se, assim que, por via do Tratado de Methwen, a especialização de Portugal em vinhos tenha impedido o desenvolvimento da sua indústria têxtil e dificultado o aparecimento de uma burguesia industrial.

Esta situação vai agravar-se a partir de 1810, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês; assim, o anterior comércio triangular Brasil - Portugal - Inglaterra, dá origem a um comércio directo entre o Brasil e a Inglaterra, com a consequente marginalização de Portugal. Vale a pena, trazer, aqui e agora, à colação que com esta perda, Portugal procura substituir o mercado brasileiro pelo mercado africano, o que implica o desenvolvimento prévio dessas colónias. No entanto, a crise financeira de 1890 “impediu o esforço de Portugal para o desenvolvimento e transportou as suas colónias africanas para a esfera da economia inglesa (Sideri, 1978:19).

Fica claro, deste modo, que o Tratado de Methwen foi, na mão dos ingleses, um instrumento de política mercantilista, imposto a Portugal. Na verdade, o mercantilismo é a teoria económica ainda dominante na época e que serve, como ficou demonstrado, os interesses ingleses. Um poder forte a nível nacional e a nível internacional, expresso por uma armada grande e temível, é necessário, na óptica mercantilista, para resolver os conflitos que a esses níveis se possam declarar. O mercantilismo é isso: “um sistema de poder para a realização, a longo prazo, de riqueza”. Ora, um crescimento acentuado da riqueza só pode ser obtido com a posse de minas (de ouro, p. ex.). Se a nação não as detêm, então só há duas vias: a conquista ou o comércio. Locke (1632-1704) que é já um crítico do mercantilismo, considera, no entanto, que a conquista já não é a via normal pelo que “o comércio (...) é o único caminho que nos resta, tanto para enriquecer como para subsistir”. Como se consegue, deste ponto de vista, o crescimento do comér-

cio? Através do fluxo de moeda vinda dos países produtores de matérias-primas (como Portugal e as suas colónias) para os países manufactureiros (como a Inglaterra). A divisão internacional do trabalho é, assim, o objectivo principal do mercantilismo. Sem ela, aquele fluxo não se processa, e sem este o comércio não se desenvolve e não se desenvolvendo o comércio, a nação não enriquece e o seu poder não se afirma no concerto das nações.

Compreende-se agora melhor o objectivo da política mercantilista inglesa — consagrada nos tratados acima indicados —, em destruir o sector manufactureiro português. As consequências de tal política são grandes: o ouro brasileiro deixa de poder ter uma utilização lucrativa através do seu investimento no referido sector e o aumento do poder de compra que ele determina provoca o aumento dos preços — o que não estimula nem a acumulação de capital nem a produção. Assim, o ouro brasileiro é canalizado para a ostentação e o consumo, pela via das importações que, dada a inflação, se tornam mais vantajosas (Sideri, 1978:93). Borges de Macedo reforça a importância nesta conjuntura económica do ouro brasileiro: “Tivesse havido ou não Tratado de Methwen, as manufacturas teriam perdido a sua mola estimulante principal, uma vez que havia ouro para pagar as importações. Foi este acontecimento que suscitou o atraso manufactureiro do País, não o Tratado de Methwen” (Macedo, 1963-71:290).

Tudo isto parece indicar que a organização sócio-económica portuguesa não obedece aos princípios mercantilistas ainda dominantes na época. Pelo contrário, a ausência de uma política proteccionista eficaz em Portugal, parece valorizar a ideia da predominância no país dos princípios do livre-câmbio.

Por aquilo que ficou dito atrás, o Tratado de Methwen é passível de duas (e não uma única) leituras: do ponto de vista inglês, é tomado como uma expressão da política mercantilista da época, enquanto que, do ponto de vista português é encarado como um caso de livre-câmbio. Em que diferem estas duas teorias? Embora ambas tenham os mesmos objectivos — a conquista de poder e a obtenção de riqueza —, diferem nas políticas empregues para os atingir: a mercantilista dá predominância à produção, enquanto que a do livre-câmbio dá ênfase ao consumo (O mercantilismo serve aqui os interesses da nação mais poderosa — a Inglaterra); a mercantilista apela ao poder político porque só ele é capaz de resolver os conflitos sociais, enquanto que a do livre-câmbio parte do pressuposto de que há uma ordem que naturalmente emerge dos conflitos sociais, sem que a intervenção reguladora do poder político seja necessária.

É assim visível que a nascente ciência económica moderna — construída segundo o modelo cartesiano — informou a redacção do Tratado de Methween e, através dele, o negócio do Vinho do Porto. Rompendo epistemologicamente com o “saber de experiência feito” (Camões) da produção e da comercialização locais do vinho duriense, veio criar condições de dependência e integração económica

no mercado internacional. Uma racionalidade económica é deste modo construída e aqui imposta, pelo preço da porfiada tentativa de domesticação dos afectos e emoções das gentes durienses<sup>10</sup>.

A sociedade moderna, emerge assim da sociedade tradicional. Enquanto que aquela é governada pela economia, esta é governada pela religião, sendo assim compreensível que os modelos de homem por elas criados sejam também diferentes. A sociedade tradicional modela o homem religioso que mais tarde vai servir de base à criação do homem económico. Se este é construído na cisão entre duas racionalidades — a teórica e a prática — e pelo controlo desta por aquela, o homem religioso é estruturado em torno da ancoragem das ideias nas suas emoções e nos seus sentimentos: aqui a racionalidade prática integra a racionalidade teórica<sup>11</sup>.

A partir de meados do séc. XVII emerge no Porto e no Douro, com expressiva e crescente visibilidade internacional e a partir do homem religioso, o homem económico, pela individualização, responsabilização e maximização dos seus comportamentos que nessa época interagem no contexto do “primeiro sector económico português a estruturar as suas relações e formas de produção em moldes capitalistas” (Martins, 1988:393).

Enquanto que no homem religioso o vinho simboliza, na rede mitológica das relações sociais, o sangue de Cristo, no homem económico o vinho é um produto que é produzido e comercializado mediante o lucro que permita auferir. O primeiro homem faz o segundo. No primeiro, o vinho é apreciado na medida em que expressa as emoções, segundo as ideias da teologia nelas ancoradas, por meio da catequese, enquanto que no segundo, o vinho é apreciado na medida em que expressa um refinamento do gosto e das emoções que só a modelação destas permite<sup>12</sup>.

Num povo como o português tão marcado, tradicional e modernamente, pelas suas emoções e afectos (Mattoso, 1991:7), tal refinamento que a cultura do vinho ajudou a introduzir na vida social portuguesa<sup>13</sup>, constitui um paradoxo que só a sua importância na vida social e económica portuguesa permite, em última análise, explicar.

---

<sup>10</sup> Obras como *Vindima* (1945) de Miguel Torga ou o ciclo *Port Wine* (1949-53) de Alves Redol são disso testemunhos literários. Cfr. Gomes de Araújo, Henrique Costa (1997), “Descartes e a Modernidade” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 37 (1-2), 16-17.

<sup>11</sup> Gomes de Araújo, Henrique Costa (1997), ob. cit.

<sup>12</sup> Vid. texto Ramalho Ortigão: “Engana-se muito quem cuida que o vinho do Porto é um simples produto químico. Não. O vinho do Porto é principalmente uma obra de arte, um problema de gosto”. Ramalho Ortigão, “As Farpas”, Out. 1885.

<sup>13</sup> “No mundo do Vinho do Porto, toda a gente sabe que a sua produção não é apenas uma actividade económica, é uma forma de civilização, uma razão ética de viver, uma raiz de nacionalidade” (Rogério Martins in “Público”, 2. Out. 94).

A sociedade contemporânea deste findar de século, é bem diferente da sociedade tradicional que cria o homem religioso e da sociedade moderna que produz o homem económico. É uma sociedade de transição, difícil de definir e de nomear e a que tem sido dado o nome inadequado de pós-moderna (Santos, 1994:70). É assim admissível que esteja a modelar o suposto homem pós-moderno, caracterizado pela reconciliação com as suas emoções e os seus sentimentos no que aquelas e estes têm de vectores (transparentes e) orientadores do conhecimento e da acção.

Caso que julgo paradigmático disto mesmo é o modelo antropológico configurado na Confraria do Vinho do Porto:

“Nas últimas décadas, a maior parte das Casas do Vinho do Porto foi integrada em multinacionais — como aconteceu, por exemplo, com a absorção da Sandeman pela Seagram’s — ou em grandes grupos nacionais — como a integração da Porto Ferreira na Sogrape — com praticamente duas excepções: os grupos Warre e Taylor’s.

Esta integração trouxe o fim da estrutura familiar no seio das Casas. O saber duramente acumulado, geração após geração, ficou assim enfraquecido na sua reprodução. Além disso, a racionalização dos métodos, a flexibilização das hierarquias e a maximização dos lucros foram experienciadas por muitos como uma séria ameaça à sobrevivência da tradição e do prestígio do Vinho do Porto que as famílias antigas mantinham vivos.

Foi assim que em 1982, a Confraria do Vinho do Porto surgiu sustentada pelos elementos mais activos e mais conscientes do sector. Ela tem como finalidade a difusão, a promoção e a consolidação do renome mundial do Vinho do Porto e, para isso, ela compromete-se a organizar festas, banquetes, reuniões; a promover a elaboração e a publicação de trabalhos sobre o Vinho do Porto; a divulgar as virtudes e as tradições do Vinho do Porto; a sugerir, finalmente, medidas no sentido da comercialização do Vinho do Porto e a organizar concursos de classificação qualitativa das marcas. O que chama a atenção é a preocupação pela tradição em primeiro lugar, pela convivencialidade em segundo lugar e, em terceiro lugar, pela promoção das vendas.

Assim, o que releva desta declaração de princípios é a importância dada a tudo o que pertence ao domínio da memória e da afectividade e é sob esta ideia que a relação com o económico é determinada: a racionalidade teórica do cálculo económico projectado é aqui contextualizada pela racionalidade prática da afectividade cultivada. Ameaçadas as “escolas” privadas, eis que “Confrades” decidem criar em conjunto uma só “escola” comum de virtudes e de valores tradicionais (...) a estratégia reprodutiva do prestígio mundial do Vinho do Porto mantém-se. Sem dúvida que a estratégia reprodutiva experimentou uma mudança no sentido da sua ritualização, mas a Confraria atinge com sucesso o mesmo objectivo que as casas isoladas alcançavam antes: ensinar aos mais novos o saber da distinção do Vinho do Porto” (Gomes de Araújo, 1995:162).

Na Confraria não está configurado nem o puro homem religioso nem o estrito homem económico. Nela está antes presente o problemático homem pós-moderno. Na verdade nem a racionalidade prática comanda nele a racionalidade teórica — o que caracteriza o homem religioso — nem nele há uma ruptura entre as duas racionalidades, com o domínio da primeira pela segunda — o que é apanágio do homem económico. O que nela parece verificar-se é a prevalência da racionalidade económica, conquanto esta esteja contextualizada e orientada pela

racionalidade prática. Ou seja: as emoções e os afectos têm a sua função no âmbito da Confraria, na escolha das opções económicas mais eficazes na defesa e promoção do prestígio do Vinho do Porto.

#### 4. CONCLUSÃO

A Antropologia tem um método que a distingue das demais ciências sociais: o método comparado. Utiliza-o de um de dois modos possíveis: ou mantendo constante o tempo e centrando a comparação no espaço ou centrando a análise no tempo e mantendo constante o espaço. Foi esta a utilização que nesta pesquisa foi dada ao método comparado: foram confrontados dois períodos da história do Vinho do Porto com o objectivo de dar um contributo substantivo à actual discussão teórica acerca das emoções.

Se o modelo antropológico cartesiano prefigura um modelo económico — cuja aplicação produz, a nível da sua modelação dos comportamentos sócio-económicos, a desqualificação e a ocultação dos afectos e das emoções —, o modelo antropológico pós-moderno (?) é preformativo de um modelo económico cuja aplicação parece permitir, a nível dessa modelação, uma expressão qualificada e contida desses mesmos afectos e emoções no sentido da sua reconciliação possível com a racionalidade humana e, por esta via, da sua orientação desta.

No discurso polifónico — sociológico, neurobiológico, histórico e antropológico — que informa esta pesquisa, a tónica dominante é a de as emoções poderem ter um surpreendente poder de “guias internos” das ideias, na escolha das opções mais adequadas.

Porto, Março 1997.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Henrique Gomes de (1995), “Dar, Receber e Retribuir” in *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 18.
- ARAÚJO, Henrique Gomes de (1997), “Descartes e a Modernidade” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*”, vol. 37 (1-2).
- CABRAL, João Pina (1991), *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- CROFT, John (1877) 1942, *Um Tratado sobre os Vinhos de Portugal*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- DAMÁSIO, António R. (1995), *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, Antonio R. *et. al.* (1997), “Deciding, Advantageously before knowing the advantageous strategy” in *Science*, vol. 275.
- DENIS, Henri (1992), *História do Pensamento Económico*, Lisboa: Livros Horizonte.

- DESCARTES, René (1637) 1953, *Oeuvres et Lettres*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade.
- FERRAROTTI, Franco (1990), *Histoire et Histoires de Vie: La Méthode Biographique dans les sciences sociales*, 2ª ed. Paris: Librairie Meridiens.
- FERREIRA, J. A. Pinto (1983), “A Economia do Vinho e o Crescimento do Porto, nos séculos XVII ao XIX” in *O Vinho na História Portuguesa séc. XIII-XIX*, Porto: Fundação António Almeida.
- MACEDO, Borges de, “Methwen” (1963-1971) in SERRÃO, Joel, *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARTINS, Conceição Andrade (1988), “Os Ciclos do Vinho do Porto: Ensaio de Periodização”. *Análise Social*, vol. XXIV.
- MATTOSO, José (1991), “Portugal - Racionalidade e Afecto”, *Via Latina*.
- REDOL, Alves (1949-53). *Port-Wine*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- RORTY, Amélie Oksenberg (ed.) (1980), *Explaining Emotions*, University of California Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- SARTRE, Jean Paul, (1938) 1965, *Esquisse d'une Théorie des Emotions*, Paris: Hermann, 1ª edição.
- SELLERS, Charles (1899), *Oporto, Old and New*, London, Herbert e Harper.
- SERRÃO, José Vicente, (1993) “O quadro económico”, in *História de Portugal* (José Mattoso), vol, IV, pp. 103-104.
- SIDERI, Santos (1978), *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVA, Ribeiro da (1996), “Do Douro ao Porto: o Protagonismo do Vinho na Época Moderna” in *Douro: Estudos e Documentos*, vol. 1 (2).
- SIMÕES, Nuno, “Evolução Comercial dos Vinhos do Porto”, in Carlos Bastos, *Nova Monografia do Porto*.
- TENREIRO, A. Guerra (1942), *Esboços para a sua História Económica. Ainda o Tratado de Methwen*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- TORGA, Miguel (1945), *Vindima*, Coimbra.